



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FACED**

MARIA JOSÉ COSTA RIBEIRO

**ESTRATÉGIAS INCLUSIVAS NO ATENDIMENTO DE ALUNO COM TRANSTORNO
DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL
CAPANEMA-PA**

**CAPANEMA-PA
2025**

MARIA JOSÉ COSTA RIBEIRO

**ESTRATÉGIAS INCLUSIVAS NO ATENDIMENTO DE ALUNO COM TRANSTORNO
DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL
CAPANEMA-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação, do Campus Universitário de Bragança, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador; Professor Dr Rogério Andrade Maciel
Co-orientadora: Professora Dr^a Ana Paula Vieira e Souza.

CAPANEMA-PA
2025

MARIA JOSÉ COSTA RIBEIRO

**ESTRATÉGIAS INCLUSIVAS NO ATENDIMENTO DE ALUNO COM TRANSTORNO
DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL
CAPANEMA-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação, do Campus Universitário de Bragança, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Data: 14/10/2025

Resultado: _____

Banca Examinadora

Professor Dr Rogério Andrade Maciel – Orientador (FACED/UFPA)

Assinatura _____

Professora Dra. Ana Paula Vieira e Souza - Coorientadora

FACED/UFPA) Assinatura _____

Professor Dr. Francisco Pereira de Oliveira (FACED/UFPA)

Assinatura _____

Professora Dra. Ana Paula Vieira e Souza (FACED/UFPA)

Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder força, sabedoria e coragem para seguir em frente em todos os momentos desta caminhada.

Agradeço aos meus familiares, por todo amor, paciência e apoio dentre estes meus filhos André Vinicius e Luis Felipe que sempre estiveram ao meu lado incentivando mesmo nos dias mais difíceis. Vocês foram minha base e minha inspiração para não desistir. Agradeço de modo especial à minha irmã Adrielle de Fátima por tudo que você representa na minha vida, sua confiança e incentivo foram essenciais na minha trajetória. Família apoio primordial para não desistir, mesmo quando perdemos membros importantes como meu pai e meu irmão durante o curso. Agradeço ao Ricardo Costa, uma pessoa muito especial que foi força, incentivo e dedicação antes e durante o período acadêmico.

Agradeço imensamente ao acolhimento, entusiasmo, dedicação e orientação de uma pessoa muito especial, que Deus com sua infinita bondade colocou no meu caminho, que é o Prof Dr. Rogério Andrade Maciel, sou muito grata, desejo todas as bênçãos, que tudo de bom seja em abundância em sua vida, que você continue sendo essa pessoa maravilhosa e profissional dedicado e determinado. A Profª Drª Ana Paula Vieira Souza, agradeço por ter sido minha coorientadora, por ter aceitado o desafio junto com o meu orientador me ajudar a finalizar essa tão sonhada, esperada e desejada etapa de Conclusão de Curso, gratidão todos os dias a vocês que foram luz na minha vida.

Agradeço aos professores que, ao longo da jornada acadêmica, compartilharam seus conhecimentos e contribuíram de forma significativa para o meu aprendizado e formação. Não citarei nomes, pois todos foram muito importante, cada um com seu jeito com sua excelência em mediar conhecimentos.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão aos Professores Jaime Pantoja e Maria Gomes, que embora não estejam mais fisicamente conosco, permanecem vivos em nossas memórias e em cada passo de nossa jornada. Mais do que transmitir conhecimento em sala de aula, eles nos ensinaram sobre resiliência, dedicação, responsabilidade e determinação e seus exemplos continuam a nos guiar. A paixão com que exerciam a arte de ensinar transformaram desafios em aprendizados e abriram portas em nossas vidas. Seus legados serão eternos. Este agradecimento é prova viva de que seus ensinamentos são um exercício de imortalidade. Sentiremos saudades, mas a gratidão é infinita.

E por fim meus sinceros agradecimentos à Faculdade de Educação (FACED), campus Universitário de Bragança. Obrigada.

Sumário

Resumo	6
Introdução	7
Resultados e discussões	8
A Educação Infantil e os parâmetros legais para inclusão de crianças com TEA	8
Adaptações do ambiente escolar.....	10
O papel do(a) professor(a) e da equipe pedagógica	11
Parceria da família no processo inclusivo.....	12
Promoção da socialização e das interações sociais	13
Formação continuada de educadores para o atendimento ao TEA	14
Considerações finais	15
Referências	16

Estratégias Inclusivas no Atendimento de Aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil

Maria José Costa Ribeiro¹
Rogério Andrade Maciel²
Ana Paula Vieira e Souza³

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar uma incursão teórica sobre as estratégias inclusivas no atendimento de Aluno com Transtornos do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. A pesquisa é de natureza Bibliográfica. Os resultados evidenciam que a inclusão de crianças autistas na Educação Infantil é respaldada por um conjunto de documentos legais que consolidam o direito à educação para todos. O ambiente escolar exerce papel fundamental no processo de inclusão da criança com TEA, principalmente na Educação Infantil, fase em que a aprendizagem ocorre, em grande parte, por meio da interação com o espaço e com os colegas. Constatou-se ainda que o professor e a equipe pedagógica são peças-chave na inclusão da criança autista na Educação Infantil. Mais do que aplicar métodos ou técnicas específicas, cabe a esses profissionais promover um ambiente de acolhimento, respeito e valorização das singularidades de cada aluno.

Palavra-chave: Educação Infantil, Transtorno do Espectro Autista, estratégias inclusivas.

Theoretical Approaches to Inclusive Strategies in Supporting Students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Early Childhood Education

Summary

This article aims to present a theoretical exploration of inclusive strategies in serving students with Autism Spectrum Disorders (ASD) in Early Childhood Education. The research is bibliographic in nature. The results show that the inclusion of autistic children in Early Childhood Education is supported by a set of legal documents that uphold the right to education for all. The school environment plays a fundamental role in the inclusion process of children with ASD, especially in Early Childhood Education, a stage in which learning occurs largely through interaction with the space and with peers. It was also found that the teacher and the educational team are key players in the inclusion of autistic children in Early Childhood Education. More than applying specific methods or techniques, it is up to these professionals to promote an environment of acceptance, respect, and appreciation of each student's uniqueness.

Keyword: Early Childhood Education, Autism Spectrum Disorder, inclusive strategies.

¹ Discente do Curso de Pedagogia/ Capanema.

² Orientador e Docente da Faculdade de Educação.

³ Coorientadora e Docente da Faculdade de Educação.

Introdução

A Educação Infantil é um espaço essencial para o desenvolvimento integral das crianças, especialmente para aquelas com necessidades educacionais específicas, como as que possuem Transtorno do Espectro Autista (TEA). Este trabalho tem como objetivo apresentar uma incursão teórica sobre estratégias inclusivas no atendimento de Aluno com Transtornos do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. Os objetivos específicos são: identificar as principais características e necessidades educacionais dos alunos com TEA no contexto escolar; compreender o papel da equipe gestora, professores e dos profissionais de apoio no processo inclusivo e avaliar os desafios enfrentados pela escola na efetivação da inclusão de alunos com TEA.

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil representa um desafio e uma oportunidade para promover práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e respeitem as necessidades individuais. Os direitos das pessoas com deficiências incluindo aqueles com o Transtorno do Espectro Autista estão assegurados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB). Além da LDB, em 2008, foi implementada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), representando um marco importante no Brasil, no sentido de assegurar acesso e a permanência de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares. E no ano de 2012 tivemos sancionada pela Lei nº 12.764, em 27 de dezembro de 2012 a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, proporcionando avanços em relação à garantia dos direitos das pessoas com TEA.

Diante desses marcos relatórios questiona-se: De que maneira a revisão de literatura apresentada no campo das estratégias Inclusivas para o Atendimento de Aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) permitem elucidar o paradigma da exclusão/inclusão na Educação Infantil? A inclusão escolar de crianças com TEA requer práticas pedagógicas fundamentadas em uma perspectiva inclusiva. De acordo com o paradigma da educação inclusiva, a escola deve adaptar seus espaços, metodologias e interações para atender às necessidades de cada aluno, respeitando suas singularidades (SASSAKI, 2006). Vygotsky (1997) enfatiza que o desenvolvimento ocorre a partir das interações sociais, reforçando a importância da mediação docente e da socialização em sala de aula. No contexto do TEA, abordagens que promovam

comunicação alternativa, estimulação sensorial e atividades estruturadas são especialmente eficazes (SCHWARTZMAN, 2011).

A pesquisa qualitativa proporcionou a análise de estratégias inclusivas aplicadas no atendimento educacional a alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O tipo de pesquisa é a bibliográfica cuja base foi usada diversas fontes que deram base para apresentar o que já foi produzido e ampliado sobre o objeto em análise sobre as estratégias inclusivas na Educação Infantil. Para a coleta de dados foram utilizados livros, artigos e documentos oficiais das últimas décadas, coletados em bases como Scielo, Google Acadêmico, periódicos da CAPES e materiais do MEC. A análise, realizada de forma interpretativa, buscou identificar práticas eficazes, comparar abordagens e discutir desafios e possibilidades da inclusão de alunos com TEA, resultando em reflexões teóricas que embasaram as conclusões do estudo.

Conforme Gil (2008), a pesquisa bibliográfica desenvolve-se a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, teses, dissertações, documentos oficiais, leis que servem de base como fontes a serem analisadas e reinterpretadas”. Portanto, o pesquisador não coleta dados diretamente da realidade, mas os interpreta e os relaciona com o conhecimento já existente. Logo, no contexto do TEA, deve-se considerar as especificidades de cada aluno, especialmente em relação à comunicação, interação social e comportamento (AMARAL, 2020).

Resultados e Discussões

Para tratar da inclusão das crianças com TEA na Educação Infantil, faz-se necessário apresentar diversas incursões teóricas sobre: as Adaptações do ambiente escolar; o papel do professor e da equipe pedagógica; a Parceria escola-família no processo inclusivo, a Promoção da socialização e das interações sociais e a formação continuada de educadores para o atendimento ao TEA. São debates importantes para reflexão sobre o paradigma da exclusão/inclusão deste atendimento do discente com TEA.

A Educação Infantil e os parâmetros legais para inclusão de crianças com TEA.

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil é respaldada por um conjunto de documentos legais que consolidam o direito à educação para todos. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, inciso III,

estabelece que é dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Esse princípio foi reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que reconhece a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica e prevê a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Posteriormente, a Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, representou um marco ao instituir a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), assegurando o direito à matrícula e à presença de acompanhante especializado, quando necessário. Somada a esses dispositivos, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), reforçam a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas que respeitem as singularidades das crianças, garantindo condições de acesso, permanência e aprendizagem significativa. Nesse contexto, observa-se que a legislação Brasileira não apenas assegura a inclusão, mas também orienta o trabalho pedagógico, reafirmando o compromisso da escola com o desenvolvimento integral da criança.

A Lei nº 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, constitui um importante marco legal no reconhecimento e na garantia dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Fundamentada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU), a LBI busca assegurar a plena participação social e a igualdade de oportunidades, promovendo a eliminação de barreiras que impeçam o exercício da cidadania e o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões.

No âmbito educacional, a LBI reafirma o direito à educação inclusiva em todos os níveis e modalidades, estabelecendo que o sistema de ensino deve se organizar de modo a acolher a diversidade, garantindo condições de acessibilidade, apoio especializado e práticas pedagógicas adaptadas às necessidades de cada estudante. Essa concepção supera o paradigma da integração, que visava apenas a inserção física do aluno com deficiência em ambientes escolares, e avança para o paradigma da inclusão, que pressupõe a transformação da escola para atender a todos os alunos de maneira equitativa.

Especificamente no caso das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a LBI reforça a importância da identificação precoce, do acompanhamento especializado e do apoio pedagógico contínuo, especialmente na educação infantil,

fase fundamental para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional. A Legislação determina que os sistemas de ensino devem adotar medidas que assegurem a oferta de profissionais de apoio escolar, recursos didáticos acessíveis, formação docente continuada e ambientes inclusivos que favoreçam a interação entre todas as crianças.

A LBI, ao reconhecer o direito da criança com TEA a uma educação de qualidade e à convivência com seus pares, contribui para o fortalecimento de práticas pedagógicas que valorizam a singularidade de cada aluno, promovendo o respeito às diferenças e a construção de uma escola mais humana, democrática e participativa. Assim, a efetivação dos princípios da Lei nº 13.146/2015 na educação infantil implica não apenas adequações estruturais e metodológicas, mas também uma mudança de concepção pedagógica e cultural, que compreende a inclusão como um direito e não como um favor.

Adaptações do ambiente escolar

O ambiente escolar exerce papel fundamental no processo de inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), principalmente na Educação Infantil, fase em que a aprendizagem ocorre, em grande parte, por meio da interação com o espaço e com os colegas. Para que esse processo seja significativo e acolhedor, é necessário pensar em adaptações que favoreçam a organização, a segurança e a previsibilidade, aspectos que contribuem para reduzir a ansiedade e promover a autonomia da criança.

Segundo Pinto et al (2024), as escolas, tendo em vista a participação ativas dos alunos com TEA, precisam criar um ambiente de aprendizado inclusivo e isso perpassará pela adoção de ajustes tanto físicos quanto metodológicos, respeitando as características individuais e as peculiaridades de cada aluno.

Uma das primeiras estratégias é a organização física da sala de aula, delimitando áreas específicas para cada atividade, como cantinho da leitura, espaço de jogos, mesa de artes e local para descanso. Essa separação clara ajuda a criança a compreender melhor o que se espera dela em cada momento e facilita a transição entre atividades.

Souza et al (2024) corroboram que é fundamental que a escola esteja preparada para receber todos os alunos, independentemente de suas diferenças havendo também a capacitação dos professores e demais profissionais da educação, para que possam lidar com as necessidades específicas de cada aluno e adaptar suas práticas

pedagógicas.

Outro ponto importante é a redução de estímulos excessivos, pois muitas crianças com TEA apresentam sensibilidade sensorial. Manter o ambiente visualmente limpo, evitar excesso de cartazes e escolher cores suaves para decoração podem contribuir para a concentração e o bem-estar. Além disso, cuidados com os sons da sala e da escola — como o barulho de cadeiras, portas ou brinquedos — devem ser considerados para evitar sobrecargas auditivas.

As rotinas visuais também são um recurso essencial. O uso de quadros, figuras, pictogramas ou painéis com imagens que representem cada atividade diária possibilita que a criança antecipe o que irá acontecer, aumentando a segurança emocional e diminuindo comportamentos de resistência ou frustração.

É fundamental que o ambiente escolar seja acolhedor e flexível, permitindo ajustes sempre que necessário. Segundo Souza et al, (2024), a inclusão não se faz apenas pela presença física, mas pela criação de condições reais para que a criança com TEA participe ativamente das experiências escolares, interaja com os colegas e desenvolva suas habilidades em um espaço de respeito e valorização das diferenças.

As adaptações, na prática, evidenciam a importância de estratégias pedagógicas que valorizem também a comunicação multimodal, conforme aponta a literatura especializada, que defende a ampliação de recursos comunicativos por meio de estímulos visuais, corporais e tecnológicos (SASSAKI, 2010; MANTOAN, 2003).

O papel do(a) professor(a) e da equipe pedagógica

Como a docência na educação infantil, como determina a Legislação vigente, atende crianças de 0 a 6 anos, Santos e Ferro (2021), levam-nos a refletir sobre o perfil do professor que atuará com as mesmas. Entre os aspectos mais significativos que envolvem a prática com crianças pequenas, o cuidar e o educar se destacam na pauta de discussões. Neste sentido, abordaremos o termo professora, que se torna mais específico, tendo em vista que é a realidade presente nas salas de aula neste nível da educação básica.

Neste sentido, as(os) professoras(es) e a equipe pedagógica são peças-chave na inclusão da criança autista na Educação Infantil. Mais do que aplicar métodos ou técnicas específicas, cabe a esses profissionais promover um ambiente de acolhimento, respeito e valorização das singularidades de cada aluno.

As(os) professoras(es) desempenha o papel direto de mediador das aprendizagens (SOUZA et al, 2024). Para isso, precisa conhecer as características do TEA, observar atentamente o comportamento da criança e identificar suas potencialidades, interesses e dificuldades. Essa observação contínua permite planejar estratégias pedagógicas personalizadas, como o uso de materiais visuais, atividades lúdicas adaptadas e rotinas estruturadas. Além disso, a professora deve estimular a interação entre as crianças, favorecendo a socialização e o desenvolvimento das habilidades comunicativas.

De uma maneira não distante da docente, a equipe pedagógica tem a função de apoiar a professora, oferecendo orientações, recursos e momentos de reflexão sobre as práticas inclusivas. Ela também é responsável por articular a parceria com a família, planejar formações continuadas e garantir que a escola mantenha um projeto pedagógico comprometido com a inclusão.

É fundamental destacar que a inclusão não deve recair apenas sobre a professora da sala de aula, mas ser uma responsabilidade compartilhada entre todos os profissionais da escola. Desde a coordenação pedagógica até os funcionários de apoio, todos precisam estar sensibilizados para compreender as necessidades da criança com TEA e contribuir para um ambiente escolar inclusivo.

Quando docentes e equipe pedagógica atuam em conjunto, a criança com TEA sente-se acolhida, estimulada e valorizada. Essa união fortalece a prática educativa e transforma a escola em um espaço de aprendizagem para todos, onde a diversidade é entendida como oportunidade de crescimento coletivo.

Parceria escola família no processo inclusivo.

A inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil exige uma relação próxima e colaborativa entre a escola e a família. Esse vínculo é essencial para alinhar expectativas, compartilhar informações e garantir que as estratégias adotadas no ambiente escolar estejam em sintonia com a realidade vivida em casa.

A família é a principal fonte de informações sobre a criança, pois conhece seus hábitos, preferências, dificuldades e formas de comunicação. Quando compartilha essas experiências com a escola, contribui para que o professor planeje atividades mais significativas e adequadas às necessidades individuais.

Neste sentido, Souza et al (2024) defendem que:

A família desempenha um papel crucial no processo de inclusão escolar. A parceria entre escola e família é essencial para garantir o sucesso do aluno. Contudo, muitas famílias, por falta de informação ou por crenças limitantes, podem apresentar resistências à inclusão. A comunidade escolar, por sua vez, precisa ser envolvida e sensibilizada para a importância da inclusão, a fim de construir um ambiente escolar acolhedor e inclusivo. (SOUZA et al, 2024, p.307)

Por sua vez, a escola tem o papel de orientar e apoiar a família, fornecendo feedbacks constantes sobre o desenvolvimento da criança, seus avanços e desafios. Esse acompanhamento fortalece a confiança dos responsáveis no processo educativo e permite que estratégias utilizadas em sala de aula sejam reforçadas no ambiente doméstico.

Além disso, encontros regulares, reuniões e momentos de diálogo aberto entre pais, professores e equipe pedagógica ajudam a construir um plano de ação conjunto, evitando contradições e promovendo a continuidade das aprendizagens.

A parceria escola–família também favorece a socialização da criança. Quando os responsáveis participam ativamente de projetos escolares, eventos e atividades coletivas, demonstram à criança a importância do convívio em grupo, estimulando sua autoestima e seu sentimento de pertencimento.

A cooperação entre escola e família vai além de uma troca de informações: trata-se de uma aliança estratégica que fortalece o processo inclusivo, assegurando à criança com TEA condições de se desenvolver plenamente, com apoio tanto no espaço escolar quanto no familiar.

Promoção da socialização e das interações sociais

A socialização é um dos maiores desafios enfrentados pelas crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), especialmente na Educação Infantil, onde o convívio em grupo é parte fundamental do processo de aprendizagem. Por isso, a escola precisa criar estratégias que favoreçam as interações sociais, respeitando os limites e valorizando as potencialidades de cada aluno.

Atividades em grupo, como jogos cooperativos, rodas de conversa e brincadeiras dirigidas, são oportunidades para estimular a troca entre as crianças. Nessas situações, a(o) professor(a) atua como mediadora, incentivando a participação, modelando comportamentos sociais e oferecendo suporte quando necessário.

Segundo Pinto et al (2024) a utilização de prática que vislumbrem a participação e engajamento dos alunos têm mostrado grandes resultados, pois aproximam dos alunos com TEA dos outros alunos, bem como estreita a relação aluno-professor, dando positividade às metodologias personalizadas.

O uso de materiais visuais para orientar interações — como cartões com figuras representando “esperar a vez”, “compartilhar” ou “cumprimentar” — pode ser uma forma eficaz de auxiliar a criança com TEA a compreender regras sociais. Além disso, momentos de socialização devem ser planejados de forma gradual, começando por interações em duplas e avançando, pouco a pouco, para atividades coletivas.

Ao promover a socialização de forma intencional, a escola não apenas contribui para o desenvolvimento de habilidades comunicativas e emocionais, mas também ajuda a criança a sentir-se parte do grupo, fortalecendo sua autoestima e ampliando suas experiências de convivência.

Formação continuada de educadores para o atendimento ao TEA

A formação continuada dos educadores é indispensável para o sucesso da inclusão escolar de crianças com TEA. Diante da diversidade presente nas salas de aula da Educação Infantil, o (a) professor(a) precisa estar preparada para lidar com diferentes estilos de aprendizagem, comportamentos e necessidades específicas.

A capacitação pode ocorrer por meio de cursos, palestras, oficinas, grupos de estudos ou até mesmo por meio de trocas de experiências entre os próprios profissionais da escola. Nessas formações, é essencial abordar temas como: características do TEA, estratégias pedagógicas inclusivas, comunicação alternativa, manejo de comportamentos e recursos tecnológicos de apoio.

Pinto et al, corroboram que:

As práticas inclusivas no ensino de alunos com TEA não se limitam ao currículo escolar, mas envolvem também a formação continuada dos professores. Para que os docentes possam adaptar suas práticas pedagógicas, é necessário que recebam capacitação específica sobre o TEA e sobre como adaptar o currículo de forma eficaz. (PINTO et al, 2024, p. 5)

Mais do que oferecer conteúdo teórico, a formação continuada deve ser prática e reflexiva, estimulando os (as) professores(as) a analisar situações reais do cotidiano escolar e a buscar soluções colaborativas. O suporte da equipe gestora e da coordenação pedagógica também é fundamental, pois garante tempo e espaço para

esses momentos de estudo e aprimoramento.

Ao investir na formação continuada, a escola fortalece a confiança dos professores, amplia seu repertório de estratégias e assegura que a inclusão da criança com TEA seja realizada com qualidade, respeito e compromisso com o desenvolvimento integral de todos os alunos.

Segundo Carvalho e Souza (2023), a formação continuada para professores é a base para a inclusão, pois este é o ponto inicial para que se tenha uma educação de qualidade, principalmente quanto a temática está relacionada ao Transtorno do Aspecto Autista.

Para Pinto et al (2024):

É necessário, portanto, continuar a investir na formação de educadores e na criação de um sistema educacional mais flexível e acessível, com o objetivo de atender às diversas necessidades dos alunos com TEA, promovendo, assim, uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade para todos. (PINTO et al, 2024, p.8)

Neste sentido falar em educação inclusiva é primeiramente formar aqueles que diariamente lidarão com alunos-alvos para que, de fato, o processo inclusivo e de aprendizagem sejam duradouros, ultrapassando as paredes da sala de aula.

Considerações finais

Ao final deste trabalho, percebe-se, portanto, que a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil não é um direito assegurado apenas pela legislação ou por políticas públicas, é, na verdade, um compromisso ético e pedagógico com a construção de uma escola efetivamente inclusiva.

De acordo com o percurso deste trabalho, a viabilidade desse processo perpassa pela inter-relação entre as diferentes vertentes, ou seja, a adaptação do ambiente escolar, a qualificação dos professores e sua equipe, o apoio aos responsáveis, a mediação das interações entre pares e a formação continuada dos profissionais.

Isso significa que a inclusão não se dá pela simples matrícula ou presença do aluno na escola propriamente dita, e sim, pela garantia de condições para a efetiva participação na escola e por meio do estímulo ao desenvolvimento integral do sujeito, reconhecendo suas peculiaridades.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, J. C. **Educação Inclusiva e Autismo**. São Paulo: Editora Inclusão, 2020.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2006.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 2012.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.
- CARVALHO, L. F.; SOUZA, P. A. **Formação contínua de professores para a educação inclusiva**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 29, n. 2, p. 175-187, 2023.
- FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Brasília, DF: MEC/FNDE, 2009.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- PINTO, Jacyguara Costa et al. **A adaptação do currículo escolar para alunos com transtorno do espectro autista: metodologias e práticas de ensino personalizadas**. Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem. ISSN 2764-1368, v. 9, 2024, p. 495 – 503.
- SANTOS, Luiz Cláudio Corrêa dos; FERRO, Marcos Batinga. **Formação e atuação docente na Educação Infantil**. Revista Humanidades e Inovação v.8, n.34, 2021.
- SCHWARTZMAN, J. S. **Autismo e Desenvolvimento Infantil**. São Paulo: Memnon, 2011.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- SOUZA, Helena Marques Sobrinho de; GUERRA, Avaetê de Lunnetta e Rodrigues; PURIFICAÇÃO, Marcelo Máximo; JOERKE, Gabriel Antonio Ogaya. **O papel do professor na educação inclusiva no ensino fundamental**. Revista Missioneira: Santo Ângelo, v. 26, n. 2, p. 301-310, jul./dez. 2024.